



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2006

Acta n.º 7

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e seis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de catorze de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 15/02/2006; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento de 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do Direito de Superfície a favor da Associação de Caçadores e Pescadores de Albufeira; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Isenção do pagamento mensal das vendedoras ambulantes da zona do Rocamar, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para o concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água incluindo sistema de telecontagem via rádio até ao limite de 300.000,00 € acrescido do IVA, nos termos do n.º 6 do Art. 22º da Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho; ----

PONTO OITÁVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de prorrogação do período de utilização e deferimento do empréstimo n.º9149/000198/387/0019 até € 830.000,00 (contrato de 08/09/2004), nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da minuta de contrato de comodato - cedência de prédio à Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve, nos termos da alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de anulação da deliberação da Assembleia Municipal de 30/06/2005 da alteração do Plano Director Municipal ao abrigo do regime simplificado; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão para o Município de Albufeira do direito de superfície constituído a favor do "Imortal Desportivo Clube" de prédio misto sito nos Caligos, freguesia e concelho de Albufeira; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de defesa da floresta contra incêndios, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.5º da Lei n.º14/2004 de 8 de Maio; -----

PONTO DÉCIMO QUARTO: Nomeação dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d) do n.º1 do art.5º Lei n.º33/98 de 18 de Julho; -----

PONTO DÉCIMO QUINTO: Deliberação sobre o Regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do n.º1 do art.6º da Lei n.º33/98 de 18 de Julho. -

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e Olhos d'Água, Berto José Rita Palma. -----

Os membros, Pedro Manuel Trovão Ferro, José Cabrita Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Fernando Vieira Vitória Cabrita e Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, chegaram pelas 21:45, 21:50, 21:55, 22:00 horas, sucessivamente. -----
Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo (chegou pelas 21:45 h), António Gonçalves e Carlos

Quintino, e não permanência, Fernando Anastácio e Mário Alves. -----

FALTAS: Francisco José Pereira Oliveira. -----

SUBSTITUIÇÕES: Não houve substituições apresentadas. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

José Aboim - Venho perguntar ao Sr. Presidente, se me poderia informar, o Sr. Presidente da Junta da Guia ainda não está presente, mas tive conhecimento de uma reunião que ele teve com certas pessoas na freguesia do Algoz. Essas pessoas andam a comprar terrenos na freguesia da Guia (dito pelo Presidente da Junta) onde lhe disseram que todas as pessoas com bens na parte da Via do Infante têm que vender tudo, quer seja de habitação, quer seja propriedades agrícolas. Há pessoas que já vieram ter comigo a perguntar quando é que eu me dirigia ao escritório desses senhores, no Algoz, junto ao campo de tiro, e eu nada respondo, porque o Presidente da Câmara é o Sr. Desidério Silva, e é quem deveria ter tido essa reunião para se informar, para que agora me saiba responder. Eu não pretendo vender, e muitas pessoas se dirigem a mim, a perguntar se eu tenho algum conhecimento sobre o assunto. Eu digo que não sei. Será que há alguém que venha de outros países, tão cheios de dinheiro, para comprar todos os terrenos e as pessoas são obrigadas a vender? Pergunto ao Sr. Presidente se tem conhecimento e, se o tiver, me esclareça. Se não o tem, será possível vir a tê-lo? Porque só vende quem quer, mas segundo o Senhor que anda por lá a falar com as pessoas, diz que são obrigadas a vender. Tenho conhecimento que o Sr. Presidente e o Sr. Secretário, da Junta de Freguesia, tiveram uma reunião ou jantar, e foram esclarecidos do projecto. Cada um é dono daquilo que tem, seja muito ou pouco, e agora chega aqui uma pessoa e diz que sou obrigado a vender aquilo que tenho, acho que não está certo! -----

Presidente da Assembleia - Que tipo de projecto é, não tenho conhecimento de nada?

José Aboim - Eu também não sei. Seria o Sr. Presidente da Junta que iria esclarecer nesta Assembleia, mas acho que o Sr. Presidente da Câmara sabe qualquer coisa. -----

Presidente da Câmara - O que sei também não é muito, mas é o suficiente para tentar esclarecer o Sr. Aboim. Eu, há um mês fui contactado, no sentido de receber aqui uns investidores que tinham um grande projecto para o concelho de Silves e onde também apanhava uma parte do concelho de Albufeira. Eu recebi-os, como recebo qualquer pessoa. Nesse contexto, foi-me apresentado um projecto que estava a ser tratado essencialmente em Silves e no âmbito da CCDR. Engloba uma grande mancha de hectares, onde 70% pertence ao concelho de Silves, freguesia do Algoz e não tenho a certeza se apanha Tunes. Os terrenos na nossa zona, praticamente 90%, são em zona ecológica ou agrícola e ficam a Norte da Via do Infante. O processo tem como ancora um projecto do tipo Walt Disney, mas depois tem uma envolvente urbana, que é uma coisa monstruosa. É um projecto que tem estado já há uma série de tempo a ser tratado na CCDR e penso que também junto do Governo. Portanto, o conhecimento que tenho é da intenção de apresentar junto da CCDR e do Governo, um projecto estruturante e que envolva como ancora este parque de diversões, com uma grande

envolvente em imobiliário, que eu não vejo que tenha futuro com aquelas características. Sobre o processo de contacto com os proprietários, esse desconheço totalmente. A pergunta que me foi colocada pelos investidores foi: qual era a importância ou não daquele projecto, no contexto da aproximação com Albufeira? Onde respondi que, se for um parque temático, acho que tem muito interesse. A envolvente urbanística tem de ser bastante moderada e tem a ver essencialmente com a ocupação de solos, que face ao PDM actual, não tem qualquer possibilidade. Esta foi a questão. Não quer dizer que no âmbito do PROT ou de outro instrumento de planeamento, possa ter possibilidade, mas eu duvido que como está estruturado, venha a seguir, só se reduzirem substancialmente o que lá têm. Em relação aos proprietários, a forma como estão a fazer, desconheço totalmente. Conheci a ideia, sei o que se passa em termos de projecto ancora e a minha opinião foi exactamente esta. Apenas tive uma reunião e vi o desenho em termos global. No nosso concelho está praticamente tudo em zona REN, e penso que até há uma mancha em Rede Natura, que terá de ser tratado no âmbito de outras instituições, que não Câmara Municipal. -----

Presidente da Assembleia - está esclarecido? -----

José Aboim - Em princípio estou, mas se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia desejar acrescentar mais alguma coisa, já que se reuniu com os investidores e já está aqui presente, eu ficaria mais esclarecido? -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia - O que eu sei, da reunião que tive com os Senhores, é o que o Sr. Presidente da Câmara já esteve a informar. O projecto tem implementado cinco hotéis, habitação, um projecto de características das terras do petróleo. Sobre os terrenos, não sei nada. Mostraram-nos apenas os projectos. É bonito, mas se tem "asas para voar", não sei. Acho aquilo demais para aquela zona. Não tenho mais nada a acrescentar. -----

Presidente da Assembleia - Eu tenho a acrescentar que ninguém é obrigado a vender aquilo que é seu. -----

José Aboim - Qualquer pessoa compreende que ninguém é obrigado a vender aquilo que tem, mas a pessoa em causa anda a insistir que têm que vender. Vem um senhor da terra do petróleo e quer comprar tudo, não pode ser! Existem pessoas que não querem vender. -----

Vitor Neto - Eu penso que estas preocupações que foram aqui apresentadas, indiciam uma metodologia de aproximação às pessoas que nos deve preocupar. Eu penso que um município não pode aceitar que no seu território haja pessoas a actuar desta forma. O município tem também o dever de defender os direitos dos seus concidadãos. A confirmar-se o que aqui foi dito, seria grave que hajam pessoas que possam andar a fazer pressão psicológica, para que as pessoas sejam obrigadas a vender, para um projecto que não se sabe se foi aprovado, sobre o qual há dúvidas, etc. Acho que, valesse a pena, o órgão executivo do nosso município, se preocupar em averiguar o que se está a passar e dar uma informação aos cidadãos e à Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia, no fundo, também não pode ser o veículo para legitimar formas de actuações que possam não ser correctas, mesmo sem querer. Portanto, penso que há que ter algum cuidado com isto. -----

Presidente da Assembleia - Mas, pode tranquilizar todas as pessoas, isso é que é importante, de facto ninguém é obrigado a vender. Penso que é do conhecimento de qualquer pessoa. Só vende quem quer. -----

Fernando Neves - Posso fazer uma pergunta? Quem é que está a intervir, é o público ou os membros da Assembleia? -----

Presidente da Assembleia - É o público, e os membros da Assembleia também estão a responder às pessoas do público. -----

Fernando Neves - Só me apercebi de ser aberto o período para o público e estão membros da Assembleia também a intervirem?! -----

Presidente da Assembleia - Como só há um cidadão no público, neste momento, e os membros estão prestáveis e cooperantes para tentar esclarecer da melhor forma. Em regra, não podem intervir neste período, mas as regras também se quebram algumas vezes, embora não se deva. Foi apenas por estar só uma pessoa no público e nós estamos de forma muito simpática, a contribuir para o seu esclarecimento. -----

Não havendo mais inscrições por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Fernando Neves - Quero colocar duas ou três questões ao Sr. Presidente da Câmara, para ele me responder, se possível. Primeira questão: Higiene e limpeza - como todos sabemos, foi aberto concurso há cerca de um ano e os "Irmãos Cavaco" ganharam o concurso, se não estou em erro. A pergunta é: quanto é que a Câmara Municipal de Albufeira está a pagar por estes serviços, a esta empresa? Deve haver um contrato com essa empresa e eu gostaria de saber qual o montante. Ainda relacionado com este tema e relativamente à abertura de concurso, previa-se uma intenção de venda em hasta pública do equipamento residual da Câmara, que até à data, que eu tenha conhecimento, nada foi feito. O que se passa, Sr. Presidente? Outra questão que já foi colocada aqui algumas vezes e o Sr. Presidente na altura não respondeu porque, acho, não tinha dados, mas eu torno a fazer a pergunta. O que é que se passa com as acções que a Câmara Municipal comprou à SAD do Imortal? Li ontem uma entrevista do Sr. Presidente do Imortal, do meu ponto de vista um pouco confusa e eu gostava de saber o que se passa. A Câmara tem lá investido cinquenta mil euros. -----

Carlos Gabriel - Gostaria de expor aqui um problema à Assembleia, relativamente à Praia do Lourenço. Iniciaram-se obras no dia dezasseis do mês passado, hoje dia vinte e sete, essas obras ainda não estão concluídas. Parece-me de mau princípio para o nosso concelho, virado essencialmente para o turismo, que num ano com doze meses a CCDR venha começar as obras nesta altura e sem pedir conselho ou apresentar projecto aos concessionários da praia, à Câmara Municipal ou à Delegação Marítima (segundo me foi dito pelo Tenente). No dia dezasseis entraram duas máquinas, a arrancar pedras na praia, com turistas lá. Começaram a fazer muros e neste momento ainda não está concluído. Diz-me o Tenente que, se as obras não estarem concluídas até ao fim do mês, está em risco a perda da bandeira azul. Além disso, fazem uma rampa para deficientes, numa praia que até uma pessoa sem deficiências tem dificuldades em ir ao banho, porque é uma praia muito rochosa. Como é que vão por as cadeiras para os

deficientes irem ao banho? E quando olho para a praia da Oura, que se calhar, é a praia do Algarve melhor protegida do vento, com melhor segurança no areal e não tem rampa para deficientes. A possível rampa que lá existe, está ocupada pelas esplanadas dos bares. Portanto, eu sugeria a esta Assembleia que fosse tomada uma posição contra a forma e o tempo em que as obras de acesso à praia do Lourenço foram executadas. Relativamente à intervenção, porque é que não foram consultadas as pessoas directamente afectadas, nomeadamente o concessionário, a Câmara Municipal e a Delegação Marítima. É tudo. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Pergunto ao Sr. Presidente, se tem mais alguns esclarecimentos relativamente ao projecto que fica na Guiné e onde a Senhora já veio falar consigo? Aquele projecto que foca à extrema da freguesia de Paderne com Tunes. Também, até porque ainda não recebi resposta por parte da Câmara, desde Setembro, relativamente ao empreendimento no Monte Novo, onde o muro foi retirado e colocadas pedras. Pergunto, se está em conformidade com o projecto ou não? As pessoas questionam-me e eu não sei a resposta porque até à data não me responderam. -----

O Presidente da Assembleia, pede a proposta ao membro Carlos Gabriel, para verificar se o documento consubstancia uma proposta. De seguida passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às perguntas colocadas. -----

Presidente da Câmara - Relativamente ao Sr. Fernando Neves, sobre o valor que a Câmara paga mensalmente à empresa prestadora de serviços: não sei o valor de cabeça, mas amanhã posso fazer-lhe chegar a quantia. Ele está quantificado e faz parte do contrato. O Sr. Vereador encarrega-se disso; Sobre a intenção da venda em hasta pública: algum daquele material está a ser utilizado, pouco, e o restante ainda não foi colocado em hasta pública. É nossa intenção disponibilizar um desses camiões para a Ilha do Sal; Acções do Imortal: a SAD tem lá cinquenta mil euros. Neste momento, do que sei e pedi, mais uma vez, que fossem enviadas as contas da SAD. Sei que está prevista uma Assembleia Geral da SAD, para decisão sobre o que se tem ouvido falar relativamente à continuidade ou não da equipa de futebol. De momento ainda não sei dar informação em concreto; Sobre a praia do Lourenço: também fui surpreendido, no dia dezasseis, quando fui lá. Telefonei para a CCDD e questionei, o que me disseram que era uma intervenção rápida e que tinha de ser naquela altura face aos contratos. No entanto, duvido que ponham em causa a Bandeira Azul, quando a CCDD é a entidade responsável por fazer cumprir os critérios da Bandeira Azul; Sobre o empreendimento: houve uma que falou comigo, informalmente, que foi a Cristina. Não tenho conhecimento de mais nada; Sobre o muro: sei o que se passou, mas neste momento, não sei o número do processo, nem tenho aqui em mão qualquer informação, para lhe dar. -----

Francisco Calhau - A minha intervenção não é como membro da Assembleia, é como munícipe. Gostava de ser esclarecido relativamente a uma questão. Tenho verificado que, há algum tempo, na zona onde eu resido, se tem disponibilizado um dos campos de treino do Padernense, para a realização de eventos musicais, alguns dos quais de muito duvidosa qualidade. Gostava de saber qual a entidade que é responsável pelas

autorizações dos eventos em causa, para poder apresentar as minhas queixas formalmente. Há pouco tempo, era cerca das duas da manhã e estava a ouvir em minha casa, música satânica. Eu não sou católico praticante, mas, eu, nunca na vida autorizaria a realização deste tipo de espectáculos. Tentei telefonar para a GNR e a informação que obtive foi a de que estavam estão autorizados, por parte do Governo Civil, a realizar o espectáculo em causa até às quatro da manhã, o que me deixa espantadíssimo, perante a nova Lei do Ruído, já aprovada e em vigor. Volto a dizer, considero de muita duvidosa qualidade e de duvidoso gosto que, numa freguesia de grande tradição religiosa, se autorize a realização de eventos deste género. É um protesto que deixo nesta Assembleia. -----

Fernando Neves - Quando coloquei a questão da venda em hasta pública de todo o material que a Câmara tem para esse efeito, é porque penso que deviam ser breves nessa situação. Dá a sensação que a Câmara não tem falta de dinheiro. Se estão a pensar em oferecer alguma coisa a alguma entidade, muito bem, mas ter o material há mais de um ano, parado, à chuva e ao sol, penso que não é boa política, nem boa solução.

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Aquele espaço é realmente da Junta de Freguesia, que foi cedido ao Padernense Clube e o pedido foi feito ao Padernense. É uma festa dos motards, que a Junta de freguesia e a Câmara Municipal deram apoio logístico. Eu também sou da opinião do Francisco Calhau, não é da melhor qualidade, mas é a festa que eles fazem todos os anos e este ano pediram para a fazer naquele espaço. Que eu saiba, não é a Câmara, nem somos nós, que autorizamos a festa, é o Governo Civil. Eu tive o cuidado de pedir ao Vereador António Gonçalves, para lá ir comigo, para estar devidamente informado, para o caso de haver alguma situação mais perigosa, nomeadamente os fogos. Tudo foi feito com o maior cuidado, eles próprios fizeram a limpeza e também se preveniram com água. Portanto, não somos nós que autorizamos, é sim o Governo Civil, mas estou de acordo, que não é da melhor qualidade. Eu próprio fui lá duas vezes verificar a situação. É evidente, as pessoas que vivem nos arredores são um pouco incomodados com o barulho que lá fazem. Não tenho qualquer dúvida. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Existe ali na Ilha da Madeira uma escola, que há já bastante tempo está desactivada. Segundo me parece, essa escola foi cedida ao "Grupo de Amigos da Guia". Acontece que, há algum tempo, abriram uma porta provisória, onde tudo estava vedado, para terem acesso ao interior. Mas esse acesso tem sido bastante duvidoso, vê-se lá pessoas às duas, três da manhã. E há pouco tempo, vieram ter comigo, para que vedássemos novamente essa entrada. Nesse sentido desloquei-me ao local e verifiquei que poderíamos remediar a situação colocando um cadeado na porta, o que foi feito, mas já foram novamente tentar arrombar a porta. É conveniente selar definitivamente o local? O que vamos fazer? Há obras para breve? Existe alguém responsável por aquele espaço ou não? São estas as perguntas que deixo. -----

Adriano Ferrão - Eu gostava de responder ao Sr. Santos sobre aquilo que sei. Há um protocolo de cedência daquele espaço, não é ao "Grupo Amigos da Guia", mas é à Associação Sócio Cultural dos Amigos da Freguesia da Guia. É bom que conheçamos as

coisas pelos nomes que elas têm. Aquele espaço, na altura, foi alvo de um estudo por parte dos Gabinetes Técnicos da Câmara e foram eles que mandaram abrir a parede da escola para se analisar o estado do interior (pavimento, estruturas), para que depois as obras possam vir a ser concluídas e consubstanciar-se um projecto que possa dar asas à restauração daquele espaço. Já foi mais que reconhecido e divulgado, o interesse que a Câmara tem, em restaurar aquele espaço. É do interesse, também, da Associação, que precisa daquele espaço para ser a sua sede, porque neste momento não tem sede e isso vai diminuir as capacidades de intervenção junto da comunidade, as quais se limitam à utilização de espaços que não são seus, como o Senhor sabe, o pavilhão multifunções da Guia e a sala polivalente do Centro Cultural. De qualquer modo, há dois, três dias, fui contactado pelo arquitecto Álvaro Pedro, que me disse que os Técnicos da Câmara tinham-se deslocado à escola e que ela estava vedada com um cadeado e correntes. Perguntou-me se tínhamos sido nós, associação, que tínhamos fechado aquele espaço. Eu disse que não. Eu não tinha conhecimento, nem ele, que tinha sido a Câmara e por isso mesmo, sugeri que procurasse junto da Junta de Freguesia da Guia, se aquele espaço tinha sido vedado pela própria Junta. Pelo que me diz, parece que foi a Junta de Freguesia que o vedou. Os Técnicos precisam de ter livre acesso, porque estão a concluir o projecto, esse projecto vai a concurso e será restaurada aquela escola para ter a dignidade do edifício, porque é património do concelho e vai ser designado a fins que são realmente dignos para aquele espaço, e não outros. -----

Carlos Gabriel - Quero colocar mais uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, embora não lhe diga directamente respeito, mas é na tentativa de junto de outras forças, consigamos resolver o problema, que se está a passar nas praias, nomeadamente Albufeira e Oura, com os vendedores ambulantes ilegais. Tenho falado com os nadadores-salvadores, na tentativa de tirá-los de lá, eles telefonam para a Capitania, a qual responde que não têm pessoal disponível para se deslocarem em local. Inclusive, já assisti, em plena praia da Oura, estarem a fumar droga. Informei o nadador-salvador, que por sua vez telefonou à Capitania, onde lhe responderam: "o meu colega saiu, estou sozinho e não tenho viatura para me deslocar". Estamos em pleno Verão, é preciso atenção na vigilância das praias. Se não conseguem retirar os vendedores ambulantes das praias, não sei como é que vão conseguir passar multas aos banhistas que entram na água com a bandeira vermelha. Isto é perigoso. Há falta de vigilância efectiva nas praias. -----

Presidente da Assembleia - Coloca a votação a tomada de posição subscrita pelo membro Carlos Gabriel, censurando o período e nos termos em que as obras foram feitas, por parte da CCDR, sem consulta às entidades locais. Esta proposta, para ser admitida, carece de dois terços dos votos desta Assembleia. Vou pôr à consideração da Assembleia, a admissão da proposta. -----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA DE TOMADA DE POSIÇÃO -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: nove (09) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço; Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Berto Palma. -----

Votos a favor: dezasseis (16) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta não foi admitida -----

Paulo Freitas - Gostava de saber quem votou contra e quem se absteve. -----

Presidente da Assembleia - As votações são todas nominais. Portanto, a Assembleia tem de prestar atenção a quem vota e como vota. Não vamos estar aqui a dizer quem é que votou, um a um. Mas, não vejo impedimento de o fazer. Quem é que se absteve? Contra, não houve nenhuma. Isso, não é metodologia desta Assembleia. Está esclarecido? -----

Pedro Ferro - Só pretendo dar um esclarecimento à Assembleia. A posição que o Partido Socialista tomou, quer-se em função da explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, que esclareceu esta Assembleia sobre esta matéria. O Sr. Presidente tomou de imediato, logo que teve conhecimento das obras, as medidas. Procurou saber, junto da CCDR, qual era a situação e quanto tempo aquela obra iria durar. É uma questão de analisar todas as medidas que vão entrar pelo Verão fora. Não me parece atitude para haver problema. -----

Paulo Freitas - É só para esclarecer que relativamente à votação, apenas nos foi transmitido o resultado em termos de admissão ou não, sem que tivéssemos tomado conhecimento de quantas abstenções houveram, e daí a minha pergunta, sem querer tomar uma atitude, salvo a expressão pidesca, contra quem quer que seja, porque as atitudes aqui ficam com quem as toma e a votação por isso mesmo, é nominal. Muito obrigado. -----

Carlos Gabriel - A minha posição é tomada, porque a CCDR disse que as obras terminavam no dia dezasseis deste mês e começaram no dia dezasseis do mês passado. Não terminaram. O problema que se coloca, é mais grave do que isso, é que estamos a fazer obras na época de Verão. As pessoas deveriam ser chamadas à atenção, para não o fazer nesta época. É só essa a posição. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica disponível para consulta por parte dos membros da Assembleia. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 21/12/2005; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: uma (01) Francelina Lourenço -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - Questiono o nosso Presidente da Câmara se a Polícia Municipal, na área da venda ambulante nesse local, não deve intervir com a Polícia Municipal? -----

Presidente da Câmara - Sobre essa questão, duas coisas. Primeiro, este abaixo-assinado, quando chegou, a primeira coisa que fiz, foi contactar o Capitão da GNR e mais uma vez manifestar o meu desagrado e a minha preocupação. Porque se há coisa que eu faço quase todos os dias, é falar com o Capitão da GNR. Sempre que surgem situações que se estão a tornar complicadas, e estão a se tornar complicadas por duas razões que tem a haver com Albufeira em termos daquilo que é a apetência, porque existe mercado e potencial clientes. O progresso e a cidade em movimento, têm esta parte negativa. Por outro lado, é a incapacidade que as forças de segurança têm para dar respostas concretas. Essas situações, sempre que elas aparecem e não só, há uma permanente intervenção junto do Comando, neste caso, quer do Destacamento, quer do Posto. Por outro lado, a Polícia Municipal, faz diariamente apreensões de material de contrabando a vendedores ambulantes sem licença. Está cá o Vereador que tem essa responsabilidade, mas que me informa sempre, sobre a situação. É uma intervenção que fazem permanentemente. Temos a Polícia Municipal a dar uma grande ajuda. Temos a fiscalização no terreno. O pedido de ajuda à GNR que agora já tem na rua reforços de outra equipa, mas que têm uma função específica. Este contacto, com os vendedores ambulantes, é feito por pessoas com uma competência própria para esse fim. Há aqui questões que nos ultrapassam, por incapacidade das forças de segurança, face aos efectivos e face à disponibilidade que têm no terreno, não é por falta de insistência, nem por tudo aquilo que é a nossa intervenção. Por outro lado, eu tenho um pedido feito há ano e um mês, para uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Interna e ainda não obtive qualquer tipo de resposta. Não é para fazer queixas, é para demonstrar que Albufeira é um concelho que tem características, que precisa de uma intervenção específica, que passam milhares e milhares de pessoas e o que for daqui, também será imagem do país. No que se refere aos efectivos e aquilo que é a resposta concreta, não tem sido a mais célere. E há zonas no concelho, não as vou especificar para não ficar registado, que estão manifestamente desprotegidas de controlo e verificação. Estão identificadas e posso identificá-las todas. O concelho vai crescendo, os efectivos vão diminuindo e essa vivência de pessoas que vivem à conta dos outros,

vai alargando. Obviamente que essas pessoas não vão para Monchique ou Alcoutim, sítios onde não haja movimento para a possibilidade de fazerem negócio. E quando eu manifesto muito, a resposta que me dão, é que estão a tentar utilizar outras formas no sentido de poder intervir de uma forma mais global. Por vezes fazem investigação por uma série de tempo e uma intervenção prematura pode deitar por terra tudo aquilo que foi feito até então. Nós, inclusive, temos colaborado, com cedência de equipamentos e outras coisas, para que eles possam fazer o seu trabalho com sucesso. Tenho falado com os Polícias Municipais e todos os dias apreendem uma série de material sem licença. Mas não é o suficiente. Porquê? Porque há zonas desprotegidas, não há efectivos suficientes. É uma preocupação que tenho demonstrado junto do novo Capitão do Posto, do Comandante do Posto, o Sargento Rodrigues e o Capitão Henriques. É uma preocupação de todos e não só minha. Este pedido de reunião com o Sr. Secretário, um dos assuntos que tenho para levar, é o da Policia Municipal. Porque ainda não está definido se as Policias Municipais são para continuar ou terminar. É um processo, onde há um protocolo assinado em Fevereiro de 2002, que não teve sequencia, não havia cabimentos e até agora continua tudo na mesma. Ninguém sabe o que fazer com as Policias Municipais. Os que estão, poucos, estão a trabalhar bem. Também sei que, a partir de agora é o melhor período, porque vem o reforço policial e será tudo melhor controlado, mas, também sei que, a partir do dia dezasseis de Setembro, as coisas voltam a cair outra vez, porque o reforço vai embora e não entraram novos efectivos. E com aquela "história", da GNR e o Centro de Tropa ser só por voluntários, não há suficientes para depois fazer a transição para a GNR. Há aqui uma "pescadinha de rabo na boca". Cada vez há mais gente a querer facturar em função dessas questões. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros e antes de apresentar os pontos seguintes, o Presidente da Assembleia coloca á consideração dos membros da Assembleia a possibilidade de discutir os dois pontos seguintes em simultâneo, uma vez que estão interligados. Ninguém se opõe. -----

PONTO TERCEIRO E PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento de 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos membros. -----

Vitor Neto - Nós, sobre estes dois pontos, não temos nada a acrescentar. As dúvidas surgiram quando eles foram discutidos, aquando da apresentação do Orçamento e, portanto a nossa posição é de abstenção. -----

Fernando Neves - Há uma anulação em relação à escola EB 1 e Jardim-de-infância no Montechoro, total. Eu gostava de saber o porquê desta anulação? Se já não faz falta a escola? Se não faz falta o Jardim-de-infância? -----

Presidente da Câmara - Pedia ao Sr. Vice-Presidente que desse esse esclarecimento. -

Vice-Presidente José Rolo - É muito fácil. A escola continua a ser necessária, obviamente. Já está a ser feito o projecto. Na altura, tinha intenção de a fazer na zona que não disponhamos terreno e agora vim a ter outra opção, que é num terreno que já é da Câmara, junto da Creche de Vale Pedras. Portanto, não é necessário adquirir terreno. É por isso que foi retirado totalmente. -----

Fernando Neves - A escola e o Jardim-de-infância? -----

Vice-Presidente José Rolo - É tudo no mesmo terreno. Normalmente, as Escolas do Primeiro Ciclo, têm junto Jardim-de-infância. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, os pontos são colocados à votação, separadamente. -----

VOTAÇÃO: 2ª REVISÃO - GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: nove (09) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço; Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, encontrava-se ausente da sala. -----

VOTAÇÃO: 2ª REVISÃO - ORÇAMENTO -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: nove (09) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço; Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, encontrava-se ausente da sala. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do Direito de Superfície a favor da Associação de Caçadores e Pescadores de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

O membro Manuel Gonçalves e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro, encontravam-se ausentes da sala. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Isenção do pagamento mensal das vendedoras ambulantes da zona do Rocamar, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Pedro Ferro, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Os membros, Manuel Gonçalves, Ricardo Silva e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne Francisco Guerreiro, encontravam-se ausentes da sala. -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para o concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água incluindo sistema de telecontagem via rádio até ao limite de 300.000,00 € acrescido do IVA, nos termos do n.º 6 do Art. 22º da Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Pelo que está indicado no documento, o concurso vai ser feito em três fases e é para substituir contadores. Será para substituir os contadores que vão avariando, ou é para substituição de todos os contadores? Haverá encargos para os

utentes, com este investimento? Haverá redução de pessoal que trabalha neste serviço? Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara. -----

Presidente da Câmara - Daquilo que conheço, não vai haver redução de funcionários, nem subcarga para os utentes. A obrigação da Câmara é fornecer contadores. É apenas uma contratação de fornecimento de contadores. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Paderne Francisco Guerreiro, encontravam-se ausentes da sala. -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de equipamento de iluminação de Natal em regime de aluguer, nos termos da alínea q) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Dos números que eu tenho conhecimento para esta Iluminação de Natal, já tem sido discutido aqui algumas vezes e, em relação aos sacrifícios que são pedidos diariamente, a nível nacional, a CDU continua a pensar que, não estamos contra, poderia ser investido um pouco menos em termos de custos. Este concurso ronda, ainda na moeda antiga, cerca de seiscentos mil contos. Em vez de abranger uma área tão grande, como está definido na proposta, deveria reduzir-se custos e fazer uma Iluminação de Natal mais modesta. -----

Ricardo Silva - A nossa intervenção vem no sentido de anteriores intervenções sobre a matéria. De facto, não estamos contra a Iluminação de Natal, de maneira nenhuma, só que, numa altura em que se pede contenção, acho que se deveria ter algum cuidado em alguns gastos. Também achamos, que deveria haver alguma preocupação, em termos de prioridades políticas, isto porque, o concelho carece de algumas infraestruturas e achamos que por vezes existem gastos que se tornam um pouco desnecessários, quando esses deveriam ser aplicados em investimento, que é necessário para o nosso concelho, porque o dinheiro não dá para tudo. Friso novamente, não estamos contra a Iluminação de Natal, mas sim, estamos contra o exagero que se nota nos gastos deste género. ----

José Cabrita (Presidente da junta Freguesia da Guia) - O dinheiro que se vai gastar este ano a nível de concelho com a Iluminação de Natal, é mais ou menos do que no ano

passado? Não vou falar sobre a Iluminação da Guia, porque é a que gasta menos, não é necessário se preocuparem com ela. Faço esta pergunta porque eu no ano passado não estava cá. -----

Presidente da Câmara - Eu percebo a preocupação do Sr. Fernando Neves e não tanto a do Ricardo. A Iluminação de Natal insere-se num contexto de promoção de fim de ano do concelho, em termos de valorização da cidade e do concelho. A diferença é entre, não fazemos nada ou então continuamos a ter uma intervenção no espaço público que possa valorizar globalmente o concelho e faça com que as pessoas, quando vêm a Albufeira, tenham um enquadramento, além daquilo que são os concertos de fim de ano e as imagens da televisão. Ou queremos uma cidade com uma Iluminação como vemos em Faro, com luzes redondas, ou queremos uma cidade onde as pessoas que cá chegam, digam: vale a pena vir a Albufeira, a Iluminação está espectacular! Se queremos ser capital do turismo, se queremos dar uma imagem de modernidade e que as pessoas possam sentir-se orgulhosas e a sua valorização de autoestima perante aquilo que oferecem a quem reside e a quem visita. Há pessoas que vão a Londres e a Paris, para ver a Iluminação de Natal. Há pessoas que já vêm a Albufeira ver a Iluminação de Natal. Se nós queremos continuar com este tipo de promoção e valorização do que é nosso, então temos de continuar assim. Enquanto há concelhos que podem eventualmente pedir apoio dos comerciantes, nós aqui, entendemos que não podemos penalizar mais os pequenos comerciantes e outras coisas do género. Se não valorizamos aquilo que faz parte de um pacote e no ano passado vendeu quatro horas de transmissão directa do fim de ano, à SIC. Eu percebo, é uma preocupação legítima, mas o que está aqui em causa é valorizamos e pomos de pé um programa que tem no pacote, além da animação, também a iluminação, e nesse contexto parece-me que é uma forma de valorizar a nossa cidade perante outras cidades que também investem naquilo que é a promoção da sua cidade. O concelho de Albufeira não se pode equiparar, com todo o respeito, a um concelho que não tem uma promoção turística e possa gastar dez, quinze mil contos. Todos os Presidentes de Junta querem mais uma rua iluminada. Este ano o valor global é menor que no ano passado. É uma justificação que quero pôr à consideração das pessoas. É a minha convicção, a promoção, os destinos e os mercados, fazem-se em função destas coisas também. A Iluminação está feita neste contexto, não é para valorizar a rua do "A", ou a rua do "B". -----

Ricardo Silva - Nós concordamos com o seu ponto de vista, mas em termos de promoção, onde é que estão os espaços verdes? Onde é que estão os bons acessos? Onde é que estão os acessos para deficientes? Onde é que estão os parques de estacionamento? Quando se fala em promoção, fala-se de várias coisas e, quando eu intervi, foi também no sentido de chamar a atenção para certas e determinadas prioridades que achamos importantes. Não é estar contra, é chamar a atenção para certas e determinadas prioridades. Foi só isso que tentei fazer. Obrigado. -----

Vitor Neto - A explicação que o Sr. Presidente deu, foi de certa forma, explicar que os gastos são inferiores ao ano passado, mas que no fundo se procura uma eficácia melhor, são importantes, o que demonstra que nesta área se pode fazer mais. Não está em causa, como já aqui foi dito, do ponto de vista da influência que isto possa ter na

imagem do concelho, é precisamente o de racionalizar estes investimentos, de procurar a melhor eficácia e ao mesmo tempo não esquecer que há muitos aspectos, até aqui a cinquenta metros desta Câmara nós temos autênticas lixeiras, posso ir lá mostrar, tive a oportunidade de ver ontem à noite e onde passam dezenas de turistas e crianças, etc. portanto, esses aspectos também contam. Não nos podemos preocupar só com as grandes coisas, mas também com os pormenores, porque esses, por vezes, contam mais do que as grandes coisas. De qualquer maneira, fazemos bem em fazer a Iluminação, tentar fazê-la da melhor maneira possível, gastando menos possível. -----

Adriano Ferrão - Eu estive a ouvir atentamente as intervenções da bancada do PS, mas parece-me um pouco abusivo estarmos a falar aqui e a contrapor uma verba que é de sessenta mil contos e depois se não os gastássemos, teríamos para todas as outras prioridades. É um bocado "com dois ovos fazer uma omeleta para dez pessoas". Ouvimos aqui dizer que se vai gastar ainda menos dinheiro, que se cobre mais espaço, que a racionalização, mais do que a que foi feita, não parece possível, nós sabemos que as luzes à meia-noite, ou alguns minutos depois são desligadas. Mais racionalização, num espaço como Albufeira? A iluminação tem de ser condigna para uma cidade destas. Por amor de Deus. -----

Ricardo Silva - Eu só aproveitei o tempo e o ponto da ordem do dia, para fazer uma chamada de atenção. Foi somente isso. Houve pessoas que não entenderam assim, acho que de facto, ou não estão atentas, ou não percebem. -----

Fernando Neves - Quando o Sr. Presidente diz que os custos são menores, ou eu não li bem o programa de concurso, penso que não fala aqui em valores. Tem valores? Então fiz confusão. -----

Fernando Cabrita - Eu penso que as explicações, quando são convincentes, eu devo dizer que no ano passado, relativamente ao fogo de artifício, votei numa posição extremamente radical, mas não deixo de considerar, ainda hoje mantenho isso apesar de tudo, que é preciso cuidado em alguns gastos excessivos, que podem ser excessivamente virados para consumir, para o supérfluo. É evidente que os interesses do turismo são importantes e eu penso que isso tem de ser reconhecido, demais em alturas que se fazem obras, em que se prejudicam os munícipes, os comerciantes e tem de se dar umas contrapartidas. Portanto, há que fazer aqui algum trabalho também para compensar os prejuízos que as pessoas já têm durante uma época do ano e muitas das vezes prolongaram para além daquilo que é necessário. A verdade é que, relativamente à questão da iluminação, nós estamos aqui numa posição construtiva e provavelmente a bancada do PSD não terá apreciado que se tenha visto com alguma racionalidade e que se tenha aceite a explicação, porque há argumentos que também nos convencem e portanto, quando esses argumentos nos convencem, nós aderimos. Quanto à intervenção do nosso Ferrão (se me permite que o trate assim, com este à vontade), realmente, talvez tenha ouvido bem, mas não entendeu. E um "graças a Deus" final, que não vem muito a propósito. -----

Fernando Neves - Não quero ser chato. Ou sou eu que estou a ver mal, mas este processo de concurso não fala aqui em valores, somente menciona a data, de seis de Dezembro a Um de Janeiro. -----

Presidente da Câmara - Aceito que aí não fale, talvez porque o documento não tenha chegado completo, mas tenho aqui a acta da reunião de Câmara onde foi deliberado que os valores são de cento e cinquenta mil euros mais IVA para o ano de dois mil e seis e mais cento e cinquenta mil euros mais IVA para o ano de dois mil e sete. A razão porque vem à Assembleia Municipal, é exactamente porque é em dois anos, se fosse apenas num ano, a competência era somente da Câmara. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: duas (2) Francelina Lourenço e Fernando Neves. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de prorrogação do período de utilização e deferimento do empréstimo n.º9149/000198/387/0019 até € 830.000,00 (contrato de 08/09/2004), nos termos da alínea d) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Cabrita - Esta prorrogação do empréstimo tem concerteza a haver com a forma como foi gerida a aplicação dos dinheiros que advêm do mesmo empréstimo!? Salvo o erro, é para fazer face ao Pavilhão de Paderne. Qual a razão, exactamente, desta necessidade de prorrogar o período de utilização do empréstimo? Tem a ver com o andamento das obras, não é verdade? -----

Presidente da Câmara - De certo modo, pode-se entender isso. Todas as obras estão em execução, neste momento. -----

Fernando Cabrita - este empréstimo devia ser utilizado em determinada data e era suposto que, quando tivesse esgotado o prazo, as obras estivessem também prontas. --

Presidente da Câmara - São as obras, são os procedimentos, são adjudicações, são reclamações, todo o processo. Quem está dentro de uma Câmara, sabe como é que funcionam estas coisas. Não há nenhum autarca que não quisesse que as obras comessem hoje e tivessem terminadas amanhã. Muitas vezes há procedimentos, trabalhos a mais, alterações em obra, uma série de coisas. Desde que o objecto final tenha qualidade e que dê resposta a tudo, e o que está aqui em causa é a morosidade, muitas das vezes dos próprios processos. Mas todas as obras estão em execução e o Pavilhão de Paderne vai ser inaugurado em breve. -----

Fernando Cabrita - A questão não se põe, na posição do Partido Socialista, no sentido de obstar de qualquer forma, o andamento dessas obras, são obras necessárias, reconhecidas, obras de mérito com interesse para o concelho, evidentemente terão

que acabar o mais depressa possível. Nós não nos vamos opor a isso, era só uma questão de esclarecimento, para saber qual era a razão em concreto. Obrigado. -----

Ricardo Silva - A questão que coloco é: o problema, então, foi no planeamento. Ou seja, essas questões todas que o Sr. Presidente falou, podem ser planeadas, previstas, projectadas e podem existir em termos de projecto, essa previsão. -----

Presidente da Câmara - Mesmo em obras em nossa casa, nós planeamos para quinze dias e no final demora vinte. É complicado. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstencões: uma (1) Fernando Neves. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da minuta de contrato de comodato - cedência de prédio à Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve, nos termos da alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstencões: zero (0). -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de anulação da deliberação da Assembleia Municipal de 30/06/2005 da alteração do Plano Director Municipal ao abrigo do regime simplificado;

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0). -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da reversão para o Município de Albufeira do direito de superfície constituído a favor do "Imortal Desportivo Clube" de prédio misto sito nos Calijos, freguesia e concelho de Albufeira;

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0). -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de defesa da floresta contra incêndios, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.5º da Lei n.º14/2004 de 8 de Maio; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - Apresenta proposta (A) (doc.1). -----



(A)

**Partido
Socialista**

Proposta

**Assembleia Ordinária
Ponto 13 da ordem do dia**

Albufeira, 27 de Junho de 2006

Os membros da Assembleia Municipal de Albufeira eleitos pelo Partido Socialista, propõem a nomeação do Presidente de Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, para integrar a Comissão Municipal de defesa da floresta contra incêndios.

Os Proponentes,

Endereço Postal: Apartado 2387, Cerro da Alagoa, 8200 Albufeira
E-mail: psalbufeira@mail.telepac.pt

Paderne

(B) /

Propomos que seja indicado
o Presidente da Junta de Paderne
para integrar a Comissão
Municipal de Defesa do Floresta

Fernando Neves

P/ Grupo Parlamentar do PSD

Fernando Neves - É apenas para dizer que a CDU não concorda, nem com uma, nem com a outra proposta. Entendo que o Presidente da Junta de Freguesia mais indicado para esta comissão seria o de Paderne. -----

Presidente da Assembleia - O Senhor tem o poder de o propor. Todos os membros desta Assembleia têm o direito de efectuar propostas. -----

Fernando Neves - Apresenta proposta (C) (doc.3). -----

PROPOSTA

©

A C.D.U. BOLIGACÃO DEMOCRÁTICA
UNITÁRIA -

PROPÕE o PRESIDENTE da JUNTA
FREGUESIA de PADERNE PARA
INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL
da AREA da FLORESTA CONTRA
INCÊNDIOS.

Amândio Braz Teixeira

Presidente da Assembleia - Temos as propostas que deram entrada: -----

PROPOSTA A: Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras -----

PROPOSTA B: Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira -----

PROPOSTA C: Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação por
escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA A: (8) oito votos -----

PROPOSTA B: (14) catorze votos -----

PROPOSTA C: (3) três votos -----

**Aprovada a PROPOSTA B - Eleito o Presidente da Junta de Freguesia de
Albufeira.** -----

PONTO DÉCIMO QUARTO

Nomeação dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d) do n.º1 do art.5º Lei n.º33/98 de 18 de Julho; --

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

Sobre este ponto, eu próprio fiz uma proposta. Nos termos legais, à Assembleia Municipal compete determinar o número de Presidentes de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Segurança. Eu aqui, faço uma redacção do que diz a Lei e digo que: "O objectivo na segurança é algo que sendo comum ao território municipal, diz também respeito ao território de cada freguesia, pelo que nenhum Presidente de Junta de Freguesia deverá ser excluído, atento à especificidade de cada território. Pelas razões evocadas, proponho que, todos os Presidentes de Junta do município de Albufeira façam parte do Conselho Municipal de Segurança." Eu tenho esta proposta, que parte também das nossas competências próprias, que compete à Assembleia Municipal elaborar um Conselho de Segurança e fazer a designação do número de Presidentes de Junta. Nós temos cinco Presidentes de Junta, não me parece que deva excluir nenhum. Há mais propostas? -----

Ricardo Silva - O Partido Socialista tinha uma proposta preparada no mesmo sentido, logo não fará sentido apresentar a nossa proposta. -----

Fernando Neves - A nossa proposta também é no mesmo sentido. -----

Presidente da Assembleia - Eu penso que dispensa o voto por escrutínio secreto, uma vez que é uma designação e não uma eleição de pessoas. É uma designação de não exclusão de nenhum Presidente de Junta de Freguesia, portanto, penso que podemos votar de braço no ar. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0). -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO QUINTO

Deliberação sobre o Regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do n.º1 do art.6º da Lei n.º33/98 de 18 de Julho. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

Em relação a este ponto, eu iniciei um trabalho. A Lei aqui, é um bocado extensiva. É um Conselho que tem funções de natureza consultiva, que vai integrar diversas forças do município, desde o Presidente da Câmara, o Vereador responsável pelo pelouro da Segurança, o Vereador responsável pelo pelouro da Educação, o Presidente da

Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta de Freguesia (neste caso já serão todos, porque a Lei diz: "a determinar pela Assembleia Municipal"); um representante do Ministério Público da Comarca da Circunscrição; também os representantes das forças de segurança, aqui entendi que deveria ser a GNR, BT, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e também a Polícia Marítima, acho que faz todo o sentido, uma vez que já temos aqui a Polícia Municipal; o representante municipal do Serviço de Protecção Civil; o Comandante dos Bombeiros Voluntários; O Presidente da Comissão de Apoio a Jovens e Crianças; O Presidente da Santa Casa da Misericórdia. A Lei vai escalonando vários tipos de pessoas a fazer parte. Da parte Social seria os Presidentes: da Santa Casa da Misericórdia; da Fundação António da Silva Leal; da AHSA. São as que conheço, mas poderá haver mais dentro deste carácter, já com o tal interesse público. Temos também, e que devem ser representados, as Associações sindicais patronais, da área do município: ACRAL; AHETA; AHISA; ARESTA; lembrei-me das associações de táxis, são pessoas susceptíveis de agressões; as Associações de Pais; da Região de Saúde. Esta proposta que tenho aqui vem decalcada da que é a de Lisboa. Reuniria uma vez por trimestre. Teria reuniões ordinárias e extraordinárias. Tem pareceres a ser aprovados. Enfim, é apenas um esboço. Também me chegou hoje, pela tarde, feito pelos Serviços do Município, um outro projecto de regulamento, que também decalcado na Lei e noutros regulamentos já existentes. Eu, em relação a este assunto e, penso que não será descabido, embora a Assembleia não tenha Comissões Permanentes, que tendo dois textos, constituiu-se uma Comissão para com alguma brevidade, estudar este assunto de forma a se fazer um texto que será provisório. A mecânica disto é, a Assembleia aprova um provisório, mas deverá já conter o que deverá ser o texto final. Depois, este regulamento provisório será remetido ao Conselho. Devo dizer que aqui se devem incluir, até ao número de vinte, a serem designados (agradeço que pensem nisso) as pessoas com reconhecida idoneidade. Eu acho que, não vamos subcarregar com demasiadas pessoas este Conselho, sob pena de perder eficácia, porque até no próprio regulamento que vi de Lisboa, eles colocam logo a questão do quórum deliberativo, em que vão ao ponto de considerar que para haver quórum deliberativo bastará um terço dos membros. Este é um aspecto que também deve ser equacionado com toda a ponderação, porque nos interessa que saia daqui algo que possa funcionar e ter utilidade e, não elaborarmos apenas um regulamento e criar um Conselho para que haja mais conselheiros neste conselho e depois não funcione. A Lei é muito extensiva nas pessoas que constituem este conselho. Se quiserem discutir e aprovar já estes dois regulamentos provisoriamente, pois a Assembleia é soberana e eu evidentemente que os coloco à discussão, se quiserem criar uma Comissão, para estudar com alguma celeridade, estes documentos de forma a que em breve se possa fazer uma Assembleia Extraordinária para apreciar este assunto? A Assembleia é soberana, a iniciativa está do vosso lado. -----

Ricardo Silva - A bancada do PS nutre da mesma preocupação, até estava preparada para apresentar uma proposta de criação de um grupo de trabalho para analisar a questão. Nesse sentido, não faz sentido apresentar. Julgamos que é necessário para o caso em concreto haver uma Comissão que possa fazer aqui algum trabalho. -----

Presidente da Assembleia - Sr. Neves, quer acrescentar alguma coisa, ou concorda com o que aqui foi referenciado? -----

Fernando Neves - Em relação a este Conselho, quando a Lei menciona um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, entendo que os cidadãos podem não ser membros da Assembleia Municipal, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Nesse caso penso que, deveria ser criada uma Comissão para analisar quais as pessoas que poderão ser indicadas em relação a alínea j). -----

Presidente da Assembleia - Portanto, em relação a tudo, ao próprio texto do regulamento, a constituição da Comissão, eu penso que deveria ser formada por um elemento de cada grupo partidário, um elemento do PSD, um elemento do PS e o Sr. Neves. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0). -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Presidente da Assembleia - Se já têm os membros definidos para constituir a Comissão, podem indicá-los. -----

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA -----

Membro indicado pelo PS - Francisco Oliveira -----

Membro indicado pelo PSD - Ana Pífarro -----

Membro indicado pela CDU - Fernando Neves -----

Presidente da Assembleia - Também chamava a atenção para o seguinte: as Comissões são para funcionar e nós temos uma Comissão criada há algum tempo, que é a Comissão para o Regulamento de Águas e que, ainda não reuniu. Penso que não é a mim que compete estar a agendar essa reunião!? Os partidos ficaram de entre si, definirem os membros e de se reunirem. Agradeço que, se for o caso, indiquem já os nomes. -----

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS -----

Membro indicado pelo PS - Ricardo Silva -----

Membro indicado pelo PSD - Carlos Gabriel -----

Membro indicado pela CDU - Fernando Neves -----

Presidente da Assembleia - Agradecia que os membros das Comissões, quando terminasse esta reunião, agendassem as reuniões de trabalho. Têm a sala da Assembleia Municipal, ou outra sala, o município cederá. Agradecia que reunissem com

alguma brevidade, para que dessem os resultados, para convocar as Assembleia Extraordinárias. -----

Fernando Cabrita - Talvez seja até uma reanimação da tradição das Comissões nesta Assembleia, com todo esse entusiasmo que o Sr. Presidente põe numa reunião destas. -

Presidente da Assembleia - Sempre que faça falta, faz todo o sentido. Eu só não gosto de Comissões que só existam de nome e depois não funcionam, aquelas que funcionam, concerteza que têm o meu aplauso. -----

Fernando Cabrita - Pelos vistos a Comissão da Água ainda não funcionou. -----

Presidente da Assembleia - Mas vai funcionar agora. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de Junho de 2006 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

